

## AS GEOPOLÍTICAS MUNDIAIS E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS DA AMAZÔNIA

Alcindo José de Sá

Prof. Adjunto do Dept. Ciências Geográficas da UFPE

Pierre George, eminente geógrafo francês, tem um livro marcante intitulado. “O Homem na Terra. A Geografia em Ação” (1993), no qual sublima a Geografia como tradutora da inscrição do homem histórico no planeta terra e, conseqüentemente, a sua dinamicidade, haja vista o entrelaçamento de todas as culturas, todas as civilizações, em tempos e lugares diversos, com as materialidades, os recursos e as técnicas disponíveis. Nesse sentido, a apropriação dos recursos há disposição no universo (uno e diverso) terrestre espelha a sociedade em movimento, ou seja, as suas valorizações dos objetos dispostos no seu entorno, tanto na perspectiva valorativa de mero uso, quanto de troca. Considerando que a mercantilização dos objetos espaciais vem se acirrando, desde os albores da acepção e espraiamento do capital mercantil pelo “sistema-mundo”, em especial a partir do Século XV, fica patente que a apropriação dos recursos naturais se vincula estritamente às Geopolíticas globais, ou seja, estreitam-se os vínculos, como bem frisa C. Raffestin (1993, p.223), entre matéria, recurso e tecnicismo, ou geograficamente falando, entre espaço, território e territorialidade, ou melhor entre espaço e jogos de poder embasados numa racionalidade técnica/instrumental.

Como engrenagens imprescindíveis às análises dos fenômenos sócio-espaciais/geográficos, C. Raffestin (1993, p.144) releva três categorias: o espaço (materialidade), o território e a territorialidade. O primeiro seria a “prisão original” do homem; numa visão marxista, não teria valor de troca, mas somente valor de uso. “O espaço é, de certa forma ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. ‘local’ de possibilidades, é a realidade material existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um autor manifesta a intenção de dele se apropriar”. Ainda para o referido autor, a matéria seria o equivalente ao espaço, ou seja, algo “preexistente” a qualquer ação humana”, não resulta de uma prática sócio-espacial, todavia é oferecida, ofertada à prática sócio/histórica. Desde então se transforma em um “vasto campo de possibilidades. ‘Possibilidades’ dentre as quais apenas

algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel de filtro seletor”.

Neste sentido, como campo de possibilidades, a dimensão amazônica brasileira se estende por aproximadamente 5.028.392 km, constituída “pela superfície dos Estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Para efeitos legais é incluída a área de Mato Grosso, situada ao norte do paralelo 16° e a área do Maranhão, situada a oeste do meridiano de 44°. Representa 63,42% de todo o território nacional, com uma população aproximada de 21 milhões de habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional, com um coeficiente demográfico de 4,14 habitantes por km; 62% da população vivendo na zona dita urbana e 38% na zona rural (ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia). É nessa geografia em ação pelos condicionantes populacionais, políticos, econômicos e culturais que muitas materialidades cambiam em recursos.

Assim, os recursos se afinam à noção de território, ou seja, de um espaço intencionalmente manipulado por ações conduzidas por atores sintagmáticos (atores que realizam programas) em diversos níveis. Neste prisma, o ator social ao se apoderar de uma parcela do espaço, seja de forma concreta ou abstrata (representacional) cria território. H. Lefebvre apud C. Raffestin (1993, p.144) acrescenta que o território nacional, como espaço criado pelas intencionalidades do mercado burguês capitalista, apresenta-se como “espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos de fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc”. Assim, como assevera Milton Santos, o território usado plasma uma projeção específica de trabalho como energia e informação reveladores do poder em simbiose com o Estado e mercado, o interno e o externo, o novo e o velho em metamorfose com as materialidades. Portanto, “a cadeia das propriedades materiais é uma função das práticas e dos conhecimentos humanos. Sem a prática, a matéria não é desvendada como campo de possibilidades: sem prática, nenhuma relação com a matéria e, portanto, nenhuma produção”, C. Raffestin (1993, p.224).

Segundo dados da FIEPAM (apud Miranda, 2005 : 64-69), “na década dos anos 70 [do século XX] com a intensificação das pesquisas como radiografia, sensoriamento remoto e imagem de satélite, foram feitas importantes descobertas de bens minerais na Amazônia Oriental, que deram início a grandes investimentos no setor: projeto Carajás (ferro, manganês, cobre, níquel e ouro), mineração Rio do Norte (bauxita), Projeto Albrás/Alunorte/Alumar (alumínio e alumínio metálico), Projeto Jarí (caulim), Projeto de Ouro Aluvionar (garimpos de Serra pelada, tapajós, Madeira, serra da traíra), Projeto Ouro de Mina em Serra Leste, Igarapé Bahia; Corpo Alemão em Carajás, Projeto de Pitanga da

Mineração Taboca-Paranapanema (estanho, nióbio, tântalo, zircônio e terras raras), projeto estanífero de Rondônia, Projeto de calcário e gipsita da Nhamundá e Urucará, projeto de silvanita em fazendinha no rio Madeira, projeto de exploração de petróleo e gás na bacia do Urucu, no Médio Solimões e tantos outros programas e descobertas em fase de pesquisa”.

Não são as materialidades “m si” na extensão amazônica que despertam a cobiça das geopolíticas e das geografias políticas dos estados e do mercado, mas elas como campos de possibilidades à execução produtiva mediatizada pela técnica e o trabalho. Nesta prisma, as materialidades para serem qualificadas como recursos, demandam um processo de produção; “é preciso que o ator (A), uma pratica ou, se preferirmos, uma técnica mediazada pelo trabalho (r), uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo, que se pode formular de maneira rudimentar: ArM – P (conjunto de propriedades ou recursos) (C. RAFFESTIN, 1993 : 225). Já para J. E. Becht e L. D. Belzung (apud Raffestin, 1993, p.225) “o recurso se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio de se atingir um fim, e a medida que este fim ou objeto muda, os recursos podem mudar também”. A Amazônia como campo de forças imbuído de um conjunto de possibilidades tem os seus recursos cobiçados de maneira desmesurada, já que as funções técnicas “insaciáveis” do capitalismo global demandam as suas materialidades. A Amazônia é um meio de atingir um fim lucrativo que está longe de acabar. Gás, ferro e tantos outros inúmeros minerais estão no olho do furacão da objetivação mercadológica, na esteira de um consumo crescente. Daí ser este espaço um lócus tanto de estratégias geopolíticas do Estado Brasileiro, quanto de geografias políticas das empresas nacionais e globais, pois a “relação com a matéria é política, no sentido de que r (uma pratica, uma técnica mediatizada pelo trabalho) é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio como o próprio grupo. Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo da política por intermédio do modo de produção... é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria natureza sócio-política e socioeconômica dos recurso. "Os recursos não são naturais: nunca foram e nunca serão!" (C. Raffestin, p.225). por isso, como diz Miranda (2005, p.65), “a Amazônia, que durante séculos, foi sempre conhecida como a maior província botânica e florestal do mundo, de repente passou a ser abordada também como uma das mais importantes reservas e províncias minerais ferrosos, não ferrosos e energéticos”.

Quando, no inicio do texto, vislumbramos o preconceito “georgiano”: o homem na terra, a geografia em ação, queríamos ressaltar o que Raffestin (1993) assevera: a não naturalização dos recursos. Isto porque são diversos modos de produção, as diversas

concepções históricas das relações sociais em comunhão com as materialidades, que gestão as naturezas socioeconômicas e sócio-políticas dos recursos, muito embora tenha a matéria-prima natural como base, ou seja, conjuntos de possibilidades. Portanto, as práticas modificadoras das materialidades são coletivas, daí, reportando-nos a E. Morin (2002), os homens desenvolveram as técnicas e estas desenvolveram os homens, visto que, a “tecnicidade pode se definir como o conjunto das relações que o homem, enquanto membro de um grupo, mantém com as matérias às quais pode ter acesso. A tecnicidade, em relação à matéria, é o apêndice da territorialidade, é até mesmo um subconjunto da territorialidade. Da mesma forma que a territorialidade, a tecnicidade de uma sociedade pode ser simétrica ou dissimétrica. Uma tecnicidade simétrica se caracteriza por relações não destrutivas do meio material, enquanto uma tecnicidade dissimétrica será caracterizada por relações destrutivas do meio material... Isso nos coloca diante da seguinte alternativa: ou modificamos nossas práticas, ou nos faltarão certas matérias num futuro mais ou menos próximo... A produção dos recursos supõe, pois, uma dominação mínima de uma porção do quadro espaço-temporal dentro do qual, e para o qual, a tecnicidade interage com a territorialidade. A relação com a matéria é portanto, **ipso facto**, uma relação com o espaço e com o tempo” (C. RAFFESTIN, 1993 : 227-228).

As referidas assertivas são demasiadas pertinentes a análise dos recursos amazônicos. Como conjunto material preñado de possibilidades, a Amazônia continua um celeiro incomensurável. Dos recursos minerais, aos seus variados ecossistemas é um universo (uno e diverso) que, historicamente, vem sendo manipulado em maior ou menor intensidade, pelas diversas formações sócio-espaciais; pelos diversos modos de produção, visando a não naturalização dos recursos, através das diversas tecnicidades. Digamos que, outrora, antes do confronto e entrelaçamento civilizacional com a racionalidade instrumentalizadora capitalista “européia”, as formações sociais indígenas nativas manipulavam tecnicamente o seu espaço, territorializavam-no como seu apêndice de uma forma, digamos simétrica, sem uma intencionalidade destrutiva, mesmo porque elas visavam um mero valor de uso material, e se pautando, no que Milton Santos chama de mediações pré-técnicas, ou seja, em técnicas sem o acréscimo, digamos, de ciência positiva instrumental. A simetria também se pautava numa equidade territorial quanto ao grau evolutivo da tecnicidade.

Todavia, a relação com a matéria, como bem ressalta Raffestin, é uma relação espaço/tempo, mediada pela tecnicidade, territorialidade. E a produção de novos recursos, em especial no final do Século XIX e início do Século XX, no bojo do avanço do mercado mundial capitalista, se fez demandar novas materialidades e, conseqüentemente,

dominação de vastas porções do globo, incluindo-se o espaço amazônico. Em um primeiro momento a extração da borracha se vislumbra como a matéria transformada em recurso mais rentável, lastreada na tecnicidade dissimétrica do avanço da indústria automobilística high tech de um lado, e o extrativismo do látex dos seringais, predador não somente dos ecossistemas, mas das simetrias territoriais indígenas, submetidas, doravante, não somente do que Bauman chama de denominação por meios antropoêmicos, ou seja, de extermínios ou aldeamento forçado, como também a padrões de submissão antropofágicas, isto é, de cooptação a culturas alheias. O certo é que na Amazônia, no século XX, passam a coexistir a relação espaço/tempo do nativo índio, do migrante/retirante nordestino “servil” ao extrativismo predatório e cultivador de produtos de subsistência, inclusive assimilando elementos da natividade indígena, e o espaço tempo da oligarquia fundiária: extrativista, de comerciantes e financistas afinados ao capital imperialista, inclusive no que toca aos padrões de consumo e “requintes culturais” europeus, bem representados pelo Teatro Amazonas e suas operas e, digamos, a organizações do Estado tradicional como suporte. Hoje esse tempo-espaço, está, como frisa Milton Santos (1996), contiguamente convivendo com o espaço-tempo da globalização, firmado por nós/redes (principalmente urbanos), redes e tessituras, abarcando inúmeros eventos produtivos-consumistas que se dão em lugares velhos e novos; numa verdadeira unicidade do motor mundial, também como ressalta M. Santos.

É assim que podemos situar, no contexto presente, não somente o extrativismo e culturas tradicionais na Amazônia, mas também as diversas províncias minerais e parques industriais modernos, além as estratégias militares de manutenção fronteiriças do território brasileiro. No que respeita a exploração de recursos, temos: 1- a província auro-estanífera de Rondônia (Santa Barbara, São Lourenço, Massangana e, sobretudo, o domínio estanífero do Iguapé de Santa Cruz, onde se encontra a maior mina de estanho do mundo: Bom Futuro) e as ocorrências de ouro aluvionar no rio Madeira. 2- Província auto-estanífera-diamantífera de Roraima (Mau, Cintingo, Quino, tepeqén, Uraricoera, Surucucu. 3 – Província mineral do Mapuera-Pitanga, que inclui o domínio estanífero de pitanga, explorado pela Mineração Taboca Paranapanema, com uma produção anual equivalente a cerca de R\$ 60 milhões, e o domínio de columbita-tátalo-zircônio da Serra da madeira (AM). Nesse particular, é importante criar incentivos especiais para que o projeto Pitanga passe a fazer a metalúrgica do estanho, fundindo a cassiterita primária e produzindo lingotes e subprodutos de maior valor agregado em Manaus. 4 – Província de caulim de Manaus-Presidente Figueiredo, localizada num trecho de 30 km de extensão, ao longo da rodovia BR-174 a partir do km 25, atualmente em fase de projeto e aprovação do RIMA (relatório ao impacto Ambiental), a ser explorado por um grupo inglês que fez a prospecção

e concluiu que as reservas de caulim dessa província são de enorme extensão e excepcional qualidade, devendo quando entrar em fase de lavra e produção gerar uma exportação anual de US\$ 20 milhões. 5 – Província Niobífera e aurífera do Alto rio Negro, compreendendo o nióbio do Morro dos Seis lagos, com cerca de 3 milhões de toneladas e valor da ordem de US\$ 1 milhão (estimativa do CPRM); e os domínios auríferos das Serra da Taura, Caparro, Pico da neblina e Serra do Uneiuxi, que tem gerado tantos conflitos com povos indígenas e choques de fronteiras. 6 – Província de silvinita no Baixo Madeira (bacia de Fazendinha Arari), onde se encontram as maiores reservas de sais de potássio, capazes de iniciar uma revolução agrícola nos solos pobres da Amazônia, pois quando esse potássio for explorado juntamente com o fosfato de Maicuru (PA), o nitrogênio do complexo petroquímico de Urucu-Manaus e o calcário de Nhamundá, teremos resolvido o problema da baixa produtividade dos nossos solos de terra firme. 7 – Província de calcário e gipsita Nhamundá e Urucará, responsáveis pela produção cimenteira da indústria de Manaus, do grupo Nassau. 8 – Província petrolífica e gesseira de Urucu. Após as prospecções na década dos anos 70 no rio Juruá, onde se verificou a existência de consideráveis reservas de gás natural e condensado, as pesquisas de petróleo se deslocaram para o rio Urucu, no município de Coari, no médio Solimões. Desde então as prospecções de Petróleo e gás natural tem sido bastante animadoras. Embora a Petrobras não haja, ainda se manifestado oficialmente sobre o tamanho das reservas combinadas do Juruá e Urucu em cerca de 50 milhões de m de gás natural, ou seja, 50% das reservas brasileiras atuais. Dos campos de Urucu saem, atualmente, cerca de 20.000 barris de petróleo de 110 toneladas de GLP-dia, produzidos a partir da Unidade de processamento de Gasolina e Gás (UPGN), que deverão ser elevadas para 45.000 barris-dia de petróleo e 700 ton-dia de GLP” (Homepage da FIEM apud Miranda, 2005, PP.66-67).

Essas atividades dinamizadas, em grande parte, pelo capital privado, não ocorrem nem ocorreram sem o aporte do guarda-chuva do estado nação. Por isso cabe destacarmos as diversas organizações que o estado nacional brasileiro criou com vistas a fomentar a integração-dinamização da Região Amazônia: 1 - a SUDEVEA (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha), criada no século passado e que atuou até o pós Segunda Guerra Mundial, o Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1886, a SEPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1946, que em linhas gerais advogava, assegurar a ocupação da Amazônia com perspectiva brasileira; construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Com a ascensão dos militares, a Amazônia se torna área estratégica e, para

tanto, é criada a organização SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) que através de incentivos fiscais para cooptação do capital privado, instala a SUFRAMA (Zona Franca de Manaus). No governo de Fernando Henrique a SUDAM é extinta e surge a ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia). Como bem frisa Miranda (2005), “tanto a SPVEA como a SUDAM e outros órgão federais com a atuação na área, tiveram a oportunidade de, durante o período legal de existências, proceder por conta própria, ou por delegação a terceiros, a levantamentos de áreas restritas do solo amazônico, onde surpresas aconteceram, dada a potencialidade aflorada em toda a sua magnitude...o balanço não se cingiu somente ao solo, mas principalmente, ao sub-solo e também à flora e a fauna, rica em suas biodiversidades”.

Dado o exposto, e as inúmeras relações institucionais-produtivas estabelecidas no território amazônico, cabe acrescentarmos o que assevera Raffestin (1993, pp.38-39): o que forma as geopolíticas mundiais sobre e com os recursos amazônicos são: “os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades -, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação...as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais. Essa observação é muito significativa, pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço abstrato, social; ‘bloqueiam’ significam que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; ‘controlam’, ou seja, têm tudo ou procuraram ter tudo sob o olhar, criam um ‘espaço de sensibilidade no qual o poder vê sem ser visto’...domesticar é portanto encarar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar”.

Neste período globaliza, o que presenciamos mais do que nunca no amazonas, são os processos de canalização, os bloqueios, as canalizações e, infelizmente, a imposição agressiva de uma política de domesticação. Ou seja, vivenciamos o poder das empresas e do estado no sentido de que todos os amazonenses e seu território se funcionalizem em consonância com a ordem global externa; das grandes construções públicas, da produção industrial e informacional, ao padrão de consumo, tudo tem que se mimetizar com o externo. Essas mega-organizações agem sobre as disjunções e fragmentações, isolando comunidades indígenas e dominado comunidades ribeirinhas aos interesses exclusivos do mercado. Essas mega-organizações também agem procurando ter tudo ao seu olhar, pois segundo Miranda (2002 : 165-166), as informações geradas pelo projeto SIVAN (SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA) vão auxiliar os organismos governamentais e outros usuários na execução de tarefas tais como: proteção do meio ambiente; controle, ocupação e uso da terra; zoneamento ecológico e econômico; atualização cartográfica; prevenção e controle de endemias; proteção das populações indígenas; vigilância e controle das

fronteiras; monitorações de navegação fluvial e de queimadas; identificação e combate às atividades ilegais; monitoração e controle do tráfego aéreo cooperativo e não-cooperativo”. Bem pertinente a menção de outros usuários, pois o referido autor também ressalta que a JABORANTI – a pilorcapina, um os medicamentos mais usados no tratamento do glaucoma, foi extraído das folhas do arbusto jaborandi (*Bilocarpus jaborandi*), natural da Amazônia e patenteada pela empresa multinacional Merck. Comunidades que conheciam as propriedades medicinais da planta são hoje obrigadas a pagar royalties na compra do medicamentos”. Como vemos, o que estamos territorialmente vivenciando é um poder de domesticação das redes legais e ilegais mercadológicas, através de um poder que vê, mas não que ser visto. Urge que busquemos enxergá-los o mais breve possível esse poder maligno dotado de uma grande engrenagem para mero usufruto dos novos piratas globais.

#### BIBLIOGRAFIA

GEORGE. Pierre. O Homem na Terra. A Geografia em Ação. Lisboa : Edições 70, 1993.

MIRANDA, Jorge Babot. Amazônia. Área Cobiçada. Porto Alegre-RS : AGE, 2005

MORIN, Edgar. O Método 5. A Humanidade da Humanidade. A Identidade Humana. Porto Alegre : Sulina, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.